COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 247, DE 2013

Altera o "Capítulo IV - Das Funções Essenciais à Justiça" do "Título IV - Da Organização dos Poderes" e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.

Autores: Deputado MAURO BENEVIDES e outros

Relator: Deputado LUIZ COUTO

I - RELATÓRIO

Os nobres Deputados **Mauro Benevides, Alessandro Molon e André Moura** são os primeiros signatários desta proposta de emenda à Constituição, que modifica o Capítulo IV do Título IV da Constituição Federal ("Das Funções Essenciais à Justiça), para lhe instituir Seção própria (IV) a tratar da Defensoria Pública; e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), para:

a) incorporar à Constituição elementos estruturantes e conceituais à definição do papel e missão da Defensoria Pública, como seu atrelamento ao Estado democrático de Direito, sua vocação para a solução extrajudicial dos litígios, para a defesa individual ou coletiva e para a promoção dos direitos humanos;

b) trazer para a Constituição os princípios da Defensoria Pública, já positivados na Lei Orgânica da Defensoria Pública (unidade, indivisibilidade e independência funcional), bem como aplicar-lhe, na medida do

possível, os avanços introduzidos no Judiciário pela Emenda Constitucional n. 45 (art. 93); e

c) fixar um prazo de oito anos para que a União, os Estados e o Distrito federal contem com defensores públicos em todas as unidades jurisdicionais, em número proporcional à efetiva demanda pelo serviço da Defensoria e à respectiva população, e com lotação prioritária nas regiões com maiores índices de exclusão social e adensamento populacional.

Na justificativa, os ilustres Parlamentares subscritores da proposição lembram que a Defensoria Pública é uma instituição pública que representa a garantia do cidadão em situação de vulnerabilidade de ter acesso à Justiça, por meio de serviços inteiramente gratuitos e de qualidade; e que, elevada à categoria de instituição constitucional em 1988, apenas em 2004 o Congresso Nacional lhe conferiu a necessária autonomia administrativa, financeira e orçamentária.

Passadas mais duas décadas, a Defensoria Pública ainda não está instalada em todos os Estados da Federação, sendo que, em alguns casos, sequer o primeiro concurso público para o cargo de defensor público foi iniciado ou concluído.

De modo geral, o panorama da Defensoria Pública no Brasil ainda é marcado por uma grande assimetria, com unidades da Federação onde seus serviços abrangem a totalidade das comarcas – com defensores públicos e funcionários em quantidade razoável – e outros onde nem ao menos 10% das Comarcas são atendidas.

De acordo o “Mapa da Defensoria Pública no Brasil”, elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, fundação pública vinculada à Presidência da República, juntamente com a Associação Nacional dos Defensores Públicos – ANADEP e Ministério da Justiça, no Brasil há 8.489 cargos criados de defensor público dos Estados e do Distrito Federal, dos quais apenas 5.054 estão providos (59%). Esses 5.054 defensores públicos se desdobram para cobrir 28% das comarcas brasileiras. Na Defensoria Pública da União a situação não é diversa: São 1270 cargos criados e apenas 479 efetivamente providos, para atender 58 sessões judiciárias de um total de 264, o que corresponde a uma cobertura de 22%.

Cabe a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, de acordo com os arts. 32, IV, *b*, e 202, *caput*, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, apreciar, preliminarmente, a proposição, quanto à sua admissibilidade, verificando as limitações processuais, circunstanciais e materiais elencadas pelo art. 60 da Constituição Federal.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Na forma regimental, cumpre-nos, então, examinar se a PEC n.º 247, de 2013, foi apresentada por, no mínimo, um terço dos Deputados (CF, art. 60, I), requisito que, de acordo com os levantamentos realizados pela Secretaria-Geral da Mesa, restou atendido (fl. 7).

Por outro lado, não poderá a Constituição ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio (CF, art. 60, § 1.º), circunstâncias que incoerem no momento, eis que o país se encontra em plena normalidade político-institucional.

Há que se considerar, ainda, a determinação constitucional de que não será objeto de deliberação proposta de emenda à Constituição tendente a abolir a forma federativa de Estado, o voto direto, secreto, universal e periódico, a separação dos Poderes ou os direitos e garantias individuais (CF, art. 60, § 4.º, I a IV).

A proposta de emenda à Constituição em apreço não desafia quaisquer dessas vedações, passando pelo crivo das regras constitucionais invocadas, o que abre caminho para o curso de sua regular tramitação.

Ao contrário, vai ao encontro do que prescreve o art. 5º, LXXIV, da Carta Magna, segundo o qual “*o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos*”.

Conquanto não nos caiba nesta Comissão analisar o mérito da proposta – papel da Comissão Especial a ser instituída, nos termos regimentais, com a presença de alguns de nossos membros, inclusive –, cumpre-nos destacar seu relevante objetivo de criar um instrumento programático e

temporal para que o Estado cumpra sua parte na efetivação do direito fundamental de acesso à justiça, por intermédio da Defensoria Pública.

Se tal fundamental instituição de orientação jurídica e defesa dos necessitados não se encontra adequadamente espalhada pelo território nacional, o Estado não está a cumprir uma de suas primordiais obrigações.

Já dissemos aqui, nesta Comissão, por ocasião da apreciação da PEC nº 207/2012, sobre a Defensoria Pública da União, que é esta *“instituição fundamental para a implementação e prática da cidadania, possibilitando o acesso à justiça para parcela considerável da população brasileira, sabidamente pobre”*. Na mesma oportunidade, lembramos que a Organização dos Estados Americanos, por meio da Resolução AG/RES nº 2656, reconhece o acesso à Justiça como um direito fundamental, recomendando a adoção de medidas que garantam a independência e autonomia para as Defensorias Públicas, o que põe o Estado brasileiro em dívida nessa temática.

Também aqui já nos referimos ao reconhecimento, pelo Supremo Tribunal Federal, da significativa importância jurídico-constitucional e político-social da Defensoria Pública, com destaque expresso a que, enquanto instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, qualifica-se como instrumento de concretização dos direitos e das liberdades de que são titulares as pessoas carentes e necessitadas (Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.903, rel. Min. Celso de Mello, DJ 19.9.2008).

Daí entendermos que resta urgente e necessário que se criem, sempre que possível, no próprio texto constitucional, os instrumentos de efetivação de suas próprias garantias, dando as elas sua mesma força normativa, precisamente como na proposição ora em exame.

Feitas essas considerações, votamos pela **admissibilidade** da Proposta de Emenda à Constituição n.º 247, de 2013.

Sala da Comissão, em 08 de abril de 2013.

Deputado LUIZ COUTO
Relator